

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA  
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 070/93

INSTITUI O CODIGO TRIBUTARIO DO  
MUNICIPIO DE SAGRADA FAMILIA.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 79, item IV da Lei Organica Vigente, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

LIVRO PRIMEIRO

DO SISTEMA TRIBUTARIO MUNICIPAL

TITULO I

DOS TRIBUTOS

CAPITULO UNICO

Disposicoes preliminares

Art. 1º - Este codigo disciplina a atividade tributaria do Municipio e regula as relacoes entre o contribuinte e o Fisco Municipal decorrente da tributacao.

PARAGRAFO UNICO - As normas deste codigo aplicam-se as relacoes tributarias reguladas por Lei Municipal, ainda quando o sujeito ativo nao seja o proprio Municipio.

Art. 2º - As relacoes entre o Fisco Municipal e os contribuintes aplicam-se, alem das normas constantes deste codigo, as NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTARIO constantes no CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL e de legislacao posterior que o modifique.

Art. 3º - O Sistema Tributario do Municipio compoem-se dos seguintes tributos:

I - IMPOSTOS:

- a) Sobre a propriedade territorial urbana;
- b) Sobre a propriedade predial urbana;
- c) Sobre servicos de qualquer natureza;
- d) Sobre a venda a varejo de combustiveis; e

e) Sobre a transmissao "inter-vivos".

II - TAXAS:

- a) Pelo exercicio do Poder de Policia; e
- b) Pela utilizacao efetiva ou

potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

### III - CONTRIBUICAO DE MELHORIA:

PARAGRAFO UNICO - A contribuicao de melhoria sera disciplinada em Lei Especial, observada a Legislacao Federal pertinente.

Art. 4º - Para quaisquer outros serviços cuja natureza não comportem a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo Executivo Municipal, preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos.

## TITULO II

### DOS IMPOSTOS

#### CAPITULO I

##### Do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

Art. 5º - O fato gerador do imposto sobre a propriedade territorial urbana é a propriedade ou o domínio útil do terreno situado na área urbana ou urbanizável do Município, observando-se o disposto no Art. seguinte.

PARAGRAFO UNICO - Não se conhecendo o titular da propriedade ou do domínio útil, poderá ser exigido o imposto de possuidor.

Art. 6º - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de terrenos que mesmo localizados na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, pois nestes casos é devido o Imposto Territorial Rural, da competência da União.

Art. 7º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zonas urbanas as definidas em Lei Municipal, observando o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, ou estradas pavimentadas;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para a distribuição domiciliar; e

V - escola primária ou posto de saúde ou qualquer estabelecimento de assistência social, numa distância máxima de até três quilômetros do imóvel considerado.

Art. 8º - Considera-se também zonas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, a indústria ou ao comércio, mesmo localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

Art. 9º - Considera-se ainda como áreas urbanas sujeitas ao lançamento deste imposto, os terrenos cuja utilização agrícola seja anti-econômica, assim declarada pelo INCRA.

Art. 10º - Estão ainda sujeitos ao

imposto sobre a propriedade territorial urbana:

I - Os terrenos de predios em construcao ou cujas obras estejam paralizadas;

II - Os terrenos com edificacoes condenadas, em ruinas ou cujas construcoes sejam inadequadas a situacao, dimensao ou destino dos mesmos; e

III - Os terrenos com construcao provisoria, que possa ser removida sem destruicao ou alteracao.

Art. 11g - A base de calculo do imposto sobre a propriedade territorial urbana e o valor venal do terreno, determinado de acordo com o artigo 23g deste codigo.

Art. 12g - A aliquota do imposto sobre a propriedade territorial urbana e de 2% sobre o valor venal, que sera estabelecido anualmente atraves da COMISSAO DE VALORES IMOBILIARIOS.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A aliquota sera de 0,5% nos terrenos de loteamentos ate o 5g (quinto) ano apos a aprovacao pela Prefeitura, ou ate o momento de sua venda pelo proprietario.

PARAGRAFO SEGUNDO - A aliquota sera de 4% nos casos de terrenos baldios situados no centros ou bairros e vilas nobres da cidade, assim entendidos os terrenos sem edificacoes apos o segundo ano de propriedade do contribuinte.

PARAGRAFO TERCEIRO - A permissao para edificacoes em carater precario, tais como: estacionamentos, treillers, lanchonetes e congeneres, nao caracteriza fato gerador do imposto sobre a propriedade predial urbana, sujeitando o proprietario ao pagamento da aliquota estabelecido no paragrafo segundo.

PARAGRAFO QUARTO - A contagem do numero de anos, de que trata o paragrafo segundo, inicia a partir do ano de 1.994.

## CAPITULO II

### Do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana

Art. 13g - O fato gerador do imposto sobre a propriedade predial urbana e a propriedade, o dominio util ou a posse de predios situados na area urbana ou urbanizavel do Municipio, observando-se o disposto no Art. 15 deste codigo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos deste imposto considera-se imovel:

I - O terreno com as respectivas construcoes ou edificacoes permanentes, que sirvam para habitacao, uso, recreio ou para o exercicio de quaisquer atividades seja qual for a sua forma ou destino aparente ou declarado.

Art. 14g - Nao estao sujeitos a este imposto os imoveis contendo as construcoes de que tratam os itens I, II e III, do art. 10g deste codigo, os quais ficarao sujeitos ao imposto territorial urbano.

Art. 15g - O imposto nao e devido pelos proprietarios, titulares de dominio util ou possuidores, e

qualquer titulo, de imovel que mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado comprovadamente, em exploracao extrativa vegetal, agricola, pecuaria ou agro-industrial, pois nestes casos e devido o imposto territorial rural, da competencia da Uniao.

Art. 16º - O imposto sobre a propriedade predial urbana incidira independentemente da concessao da "Carta de Habitacao ou Habite-se", a contar do 1º dia do ano seguinte ao termino da construcao, das areas efetivamente ocupadas.

Art. 17º - Para os efeitos deste imposto, consideram-se zonas urbanas as definidas nos artigos 7º e 8º deste codigo.

Art. 18º - A base de calculo do imposto sobre a propriedade predial urbano e o valor venal do imovel, estabelecido de acordo com o artigo 23º deste codigo.

PARAGRAFO UNICO - Considera-se valor venal do imovel a soma dos valores do terreno e das construcoes nele existentes.

Art. 19º - A aliquota do imposto sobre a propriedade predial urbana, calculada sobre o valor venal do imovel e de:

I - 1% quando o imovel for utilizado exclusivamente como residencia de seu proprietario e locacao residencial;

II - 1,5% quando o imovel for utilizado para outra finalidade.

### CAPITULO III

#### Das disposicoes Comuns aos Impostos Imobiliarios

Art. 20º - O periodo do fato gerador dos impostos imobiliarios e anual. O lancamento, em cada exercicio, tera ppor base o valor correspondente ao ano anterior.

Art. 21º - O debito decorrente dos impostos imobiliarios e garantido, em ultimo caso, pelo proprio imovel tributado;

Art. 22º - Sao contribuintes o proprietario do imovel, o titular do dominio util ou, a falta destes, o possuidor a epoca do lancamento.

Art. 23º Para os efeitos de apuracao do valor venal dos imoveis situados nas areas urbanas ou urbanizaveis do Municipio, o Executivo Municipal, constituira uma Comissao de Avaliacao, integrada de, pelo menos, 5 (cinco) pessoas idoneas e conhecedoras de valores imobiliarios locais, a fim de elaborar a planta de valores de terrenos e a tabela de avaliacao de edificacao, levando em conta os seguintes elementos:

I - quanto ao terreno:

a) condicoes fisicas;

b) situacao;

c) equipamentos urbanos e servicos publicos existentes no logradouro;

d) valor do terreno segundo o mercado imobiliario local.

II - quanto a edificacao:

- a) tipo de construcao;
- b) padrao de construcao;
- c) destinacao;
- d) idade aparente do predio.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Na planta de valores de terrenos, de que trata este artigo, devera constar o valor do metro quadrado de cada face da quadra.

PARAGRAFO SEGUNDO - Fixados os valores do metro quadrado de terrenos e de edificacao, conforme as caracteristicas mencionadas neste artigo, a comissao apresentara as referidas plantas e Tabelas ao Prefeito e, este, antes da vigencia do exercicio financeiro, baixara Decreto fixando o valor a ser tributado.

PARAGRAFO TERCEIRO - Com base na Planta de Valores e na Tabela de Avaliacao de edificacoes, o orgao tributario da Prefeitura procedera os lancamentos a vista dos dados do Cadastro Imobiliario.

Art. 24g - As funcoes de membro da Comissao de Avaliacao sao honorificas e nao remuneradas, considerando-se o trabalho a ele prestado como elaboracao relevante ao Municipio.

#### CAPITULO IV

#### Do Imposto Sobre Servicos De Qualquer Natureza

##### Da incidencia

Art. 25g - O Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza e devido pela pessoa fisica ou juridica prestadora de servicos, com ou sem estabelecimento fixo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos deste artigo, considera-se servico, nos termos da Legislacao Federal pertinente:

- 1 - Medicos, inclusive analises clinicas, eletricidade medica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congengeres.
- 2 - Hospitais, clinicas, sanatorios, laboratorios de analise, ambulatorios, prontos-socorros, manicomios, casas de saude, de repouso e de recuperacao e congengeres.
- 3 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, semem e congengeres.
- 4 - Enfermeiros, obstetras, ortopticos, fonóaudiólogos, proteticos (protese dentaria).
- 5 - Assistencia medica e congengeres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta lista, prestados atraves de planos de medicina de grupo, convenios, inclusive com empresas para assistencia a empregados.
- 6 - Planos de saude, prestados por empresas que nao esteja incluída no item 5 desta lista e que se cumpram atraves de servicos prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicacao do beneficiario do plano.
- 7 -

- 8 - Medicos Veterinarios.
- 9 - Hospitais veterinarios, clinicas veterinarias e congeneres.
- 10 - Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congeneres, relativos a animais.
- 11 - Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele, depilacao e congeneres.
- 12 - Banhos, duchas, sauna, massagens, ginasticas e congeneres.
- 13 - Varricao, coleta, remocao, e insineracao de lixo.
- 14 - Limpeza e drenagem de portos, rios e canais.
- 15 - Limpeza, manutencao e conservacao de imoveis, inclusive vias publicas, parques e jardins.
- 16 - Desinfeccao, imunizacao, higienizacao, desratizacao e congeneres.
- 17 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes fisicos e biologicos.
- 18 - Insineracao de residuos quaisquer.
- 19 - Limpeza de chaminés.
- 20 - Saneamento ambiental e congeneres.
- 21 - Assistencia tecnica.
- 22 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza nao contida em outros itens desta lista, organizacao, programacao, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria tecnica, financeira ou administrativa.
- 23 - Planejamento, coordenacao, programacao ou organizacao tecnica, financeira ou administrativa.
- 24 - Analises, inclusive sistemas, exames, pesquisas e informacoes, coleta e processamento de dados de qualquer natureza.
- 25 - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, tecnicos em contabilidade e congeneres.
- 26 - pericias, laudos, exames tecnicos e analises tecnicas.
- 27 - traducoes e interpretacoes.
- 28 - avaliacao de bens.
- 29 - datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congeneres.
- 30 - projetos, calculos e desenhos tecnicos de qualquer natureza.
- 31 - Aerofotogrametria (inclusive interpretacao) mapeamento e topografia.
- 32 - Execucão, por administracao, empreitada ou subempreitada, de construcao civil, de obras hidraulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive servicos auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de servicos, fora do local da prestacao dos servicos, que fica sujeito ao ICM).

- 33 - Demolicao.
- 34 - Reparacao, conservacao e reforma de edificios, estradas, pontes, portos e congneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos servicos fora do local da prestacao dos servicos, que fica sujeito ao ICM).
- 35 - Pesquisa, perfuracao, cimentacao, perfilagem, estimulacao e outros servicos relacionados com a exploracao e explotacao de petroleo e gas natural.
- 36 - Florestamento e reflorestamento.
- 37 - Escoramento e contencao de encostas e servicos congneres.
- 38 - Paisagismo, jardinagem e decoracao (exceto o fornecimento de mercadorias que fica sujeita ao ICM).
- 39 - Raspagem, calafetacao, polimento, lustracao de pisos, paredes e divisorias.
- 40 - Ensino, instrucao, treinamento, avaliacao de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza.
- 41 - Planejamento, organizacao e administracao de feiras, exposicoes, congressos e congneres.
- 42 - Organizacao de festas e recepcoes: buffet (exceto o fornecimento de alimentacao e bebidas, que fica sujeito ao ICM).
- 43 - Administracao de bens e negocios de terceiros e de consorcio.
- 44 - Administracao de fundos mutuos (exceto a realizada por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 45 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de cambio, de seguros e de planos de previdencia privada.
- 46 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de titulos quaisquer (exceto os servicos executados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 47 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de direitos da propriedade industrial, artistica ou literaria.
- 48 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de contratos de franquia (franchise) e de faturacao (factoring) (excetua-se os servicos prestados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
- 49 - Agenciamento, organizacao, promocao e execucao de programas de turismo, passeios, excursoes, guias de turismo e congneres.
- 50 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de bens moveis e imoveis nao abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48.
- 51 - Despachantes.
- 52 - Agentes da propriedade industrial.
- 53 - Agentes da propriedade artistica ou literaria.
- 54 - Leilao.

55 - Regulacao de sinistro cobertos por contratos de seguros; inspecao e avaliacao de riscos de cobertura de contratos de seguros; prevencao e gerencia de riscos seguraveis, prestados por quem nao seja o proprio segurado ou companhia de seguro.

56 - Armazenamento, deposito, carga, descarga, arrumacao e guarda de bens de qualquer especie (exceto depositos feitos em instituicoes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

57 - Guarda e estacionamento de veiculos automotores terrestres.

58 - Vigilancia ou seguranca de pessoas e bens.

59 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do territorio do municipio.

60 - Diversoes publicas:  
a) cinemas, "taxi dancings" e congeneres;

b) biliaries, boliches, corridas de animais e outros jogos;

c) exposicoes, com cobranca de ingresso;

d) bailes, shows, festivais, recitais e congeneres, inclusive espetaculos que sejam tambem transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisao, ou pelo radio;

e) jogos eletronicos;  
f) competicoes esportivas ou de destresa fisica ou intelectual, com ou sem a participacao do expectador, inclusiva a venda de direitos de transmissao pelo radio ou pela televisao.

g) execucao de musica individualmente ou por conjuntos.

61 - Distribuicao e venda de bilhete de loteria, cartoes, pules ou cupons de aposta, sorteios ou premios.

62 - Fornecimento de musica, mediante transmissao por qualquer processo, para vias publicas ou ambientes fechados (exceto transmissoes radiofonicas ou de televisao).

63 - Gravacao e distribuicao de filmes e video-tapes.

64 - Fonografia ou gravacao de sons ou ruidos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.

65 - Fotografia e cinematografia, inclusive relacao, ampliacao, copia, reproducao e trucagem.

66 - Producao para terceiros, mediante ou sem encomenda previa, de espetaculos, entrevistas e congeneres.

- 67 - Colocacao de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuario final do servico.
- 68 - Lubrificacao, limpeza e revisao de maquinas, veiculos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de pecas e partes, que fica sujeito ao ICM).
- 69 - Concerto, restauracao, manutencao e conservacao de maquinas, veiculos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de pecas e partes que fica sujeito ao ICM).
- 70 - Recondicionamento de motores (o valor das pecas fornecidas pelo prestador do servico fica sujeito ao ICM).
- 71 - Recauchutagem ou regeneracao de pneus para o usuario final.
- 72 - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodizacao, corte, recorte, polimento, plastificacao e congêneres, de objetos nao destinados a industrializacao ou comercializacao.
- 73 - Lustracao de bens moveis quando o servico for prestado para o usuario final do objeto lustrado.
- 74 - Instalacao e montagem de aparelhos, maquinas e equipamentos, prestados ao usuario final do servico, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 75 - Montagem industrial, prestada ao usuario final do servico, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 76 - Copia ou reproducao, por quaisquer processos, de documentos e outros papeis, plantas ou desenhos.
- 77 - Composicao grafica, fotocomposicao, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.
- 78 - Colocacao de molduras e afins, encadernacao, gravacao e douracao de livros e congêneres.
- 79 - Locacao de bens moveis, inclusive arrendamento mercantil.
- 80 - Funerais.
- 81 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuario final, exceto aviamento.

82 - Tinturaria e lavanderia.

83 - Taxidermia.

84 - Recrutamento, agenciamento, selecao, colocacao ou fornecimento de mao de obra, mesmo em carater temporario, inclusive por empregados do prestador do servico ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.

85 - Propaganda e publicidade, inclusive promocao de vendas, planejamento de campanhas ou sistema de publicidade, elaboracao de desenhos, textos e demais materiais publicitarios (exceto sua impressao, reproducao ou fabricacao).

86 - veiculacao e divulgacao de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periodicos, radios e televisao).

87 - servicos portuarios; utilizacao de porto ou aeroporto; atracacao; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de agua, servicos accessorios; movimentacao de mercadoria fora do cais.

88 - Advogados.

89 - Engenheiros, Arquitetos, urbanistas e agronomos.

90 - Dentistas.

91 - Economistas.

92 - Psicologos.

93 - Assistentes sociais.

94 - Relacoes publicas.

95 - Cobrancas e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de titulos, sustacao de protestos, devolucao de titulos nao pagos, manutencao de titulos vencidos, fornecimentos de posicao de cobranca ou recebimento e outros servicos correlatos da cobranca ou recebimento (este item abrange tambem os servicos prestados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

96 - Instituicoes Financeiras autorizadas pelo Banco Central: Fornecimento de talao de cheques, emissao de cheques administrativos, transferencia de fundos, devolucao de cheques, sustacao de pagamento de cheques, ordens de pagamento e de creditos, por qualquer meio; emissao e renovacao de cartoes magneticos; consultas em terminais eletronicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboracao de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lanacamento de extratos de conta, emissao de carnes (neste item nao esta abrangido o ressarcimento, a instituicoes financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessarios a prestacao de servicos).

97 - Transporte de natureza estritamente Municipal.

98 - Comunicacoes telefonicas de um para outro aparelho dentro do mesmo Municipio.

99 - Hospedagem em hotéis, moteis, pensoes e congêneres (o valor da alimentacao, quando incluído no

preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviço).

100 - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

Art. 26 - O contribuinte do ISSQN é o prestador de serviços no caso da empreitada e a empreiteira.

PARAGRAFO UNICO - Não são contribuintes os que prestem serviços com relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 27 - A incidência do imposto independe:

I - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas a atividades, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

II - Do resultado financeiro obtido.

#### Da base de cálculo e alíquotas

Art. 28 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Quando se tratar de prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas, ou variáveis em função da natureza do serviço.

PARAGRAFO SEGUNDO - Quando os serviços a que se referem os itens, 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 da lista de serviços de que se trata o parágrafo primeiro do Art. 25 deste código forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei.

PARAGRAFO TERCEIRO - A base de cálculo para efeitos tributários não será inferior ao preço corrente na praça ou, se tratar de serviço tabelado, o preço da tabela vigente a data do fato gerador.

PARAGRAFO QUARTO - Sempre que se trate de prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte a alíquota é fixa, sendo aplicável a alíquota variável sobre a receita bruta proveniente do preço dos serviços nos demais casos.

Art. 29 - A alíquota do imposto de serviços que tem por base de cálculo o preço do serviço ou comissões, taxas ou ingressos, se for o caso é:

I - Para os serviços do item 60 da lista 5%.

II - Para os demais serviços 2%.

Art. 30 - Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho social do próprio contribuinte, o imposto será calculado com a aplicação das seguintes alíquotas sobre o Valor de Referência Municipal (V.R.M.), POR SEMESTRE:

I - Médicos, dentistas.....75%

II - Advogados, economistas, contadores, escritório de contabilidade, engenheiros, arquitetos,

laboratoristas, psicólogos e assemelhados.....60%  
 III - Despachantes, provisionados,  
 protéticos, desenhistas, calculistas, projetistas, leiloeiros,  
 usuários, agentes da propriedade industrial, corretores de  
 qualquer natureza, representantes, peritos e avaliadores.....50%  
 IV - Obstetras, ortópticos,  
 terapeutas, massagistas, ortopedicos.....75%  
 V - Demais atividades, sob a forma de

trabalho pessoal:

a) De nível universitário.....50%  
 b) De nível secundário.....25%  
 c) Outros.....20%

Art. 31g - O imposto sobre serviços  
 mínimo é de 20% (vinte por cento) do valor de referência.

## CAPITULO V

Do Imposto Sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e  
 Gasosos.

### DA INCIDENCIA

Art. 32g - O Imposto Sobre Vendas a  
 Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC), incidirá quando  
 da realização de operações de vendas a varejo destes produtos,  
 exceto o óleo diesel, feita por qualquer pessoa física ou  
 jurídica ao consumidor.

### DO CONTRIBUINTE

Art. 33g - O contribuinte do imposto  
 é a pessoa física ou jurídica que, no território do Município de  
 Sagrada Família realizar operações de vendas a varejo de  
 combustíveis líquidos e gasosos, com ou sem estabelecimento fixo.

PARAGRAFO UNICO - São também  
 contribuintes, para os fins de que estabelece o presente artigo,  
 as sociedades civis sem fins econômicos e as Cooperativas que  
 realizarem operações de venda a varejo.

### DA BASE DE CALCULO

Art. 34g - A base de cálculo do  
 imposto é o preço da venda a varejo de combustíveis líquidos e  
 gasosos fixados pelo Governo Federal, incluídas as despesas  
 adicionais, transferidas ao consumidor pelo varejista.

PARAGRAFO UNICO - O montante ou valor  
 global das operações de vendas a varejo realizadas, qualquer que  
 seja o período de tempo considerado, constitui a receita bruta,  
 para efeitos de cálculo do imposto.

### DA ALIQUOTA DO IMPOSTO

Art. 35g - As alíquotas do imposto  
 incidente sobre as operações mencionadas no art. 31, serão de :  
 I - 3% (três por cento) sobre vendas

de combustiveis liquidos.  
de combustiveis gasosos.

II - 0% (zero por cento) sobre vendas

#### DA FISCALIZACAO

Art. 36g - O imposto a que alude o art. 31, sera fiscalizado privativamente pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 37g - Estao sujeitas a fiscalizacao os contribuintes e as pessoas fisicas e juridicas que interferirem em atos ou negocios juridicos alcancados pelo imposto.

#### DO PRAZO DO RECOLHIMENTO

Art. 38g - O imposto, lancado por homologacao, sera recolhido mensalmente ate o dia 15 do mes seguinte ao mes da competencia.

PARAGRAFO UNICO - Considera-se mes de competencia aquele em que se realizar as operacoes de vendas.

#### DOS RESPONSAVEIS

Art. 39g - Sao responsaveis pelo recolhimento do imposto as pessoas fisicas e juridicas mencionadas no art. 32.

PARAGRAFO UNICO - Fica instituida a responsabilidade das distribuidoras e fornecedoras, pelo pagamento do imposto e pelo fornecimento de informacoes e demais dados necessarios a fiscalizacao.

Art. 40g - A inscricao do contribuinte e dos responsaveis para operar as vendas que serve de base para o imposto e obrigatoria, perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

PARAGRAFO UNICO - Para os contribuintes e responsaveis que venham a se estabelecer, sera concedido um prazo de 30 (trinta) dias para sua regularizacao.

Art. 41g - E obrigatoria a emissao de nota fiscal nas operacoes de vendas avarejo, sujeitas a incidencia do imposto, ressalvadas a adocao de outras medidas de controle que venham a ser adotadas pelo Poder Executivo.

#### DAS PENALIDADES

I - Pelo pagamento do tributo fora do prazo, sera cobrado os acrescimos correspondente a multa, juro e correcao monetaria, conforme o estabelecido no Art. 151 desta codigo.

II - Por omissao de vendas, e sonegacao de informacao, sobre o montante do imposto apurado, corrigido monetariamente sera aplicado a multa de 100%.

#### CAPITULO V

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "inter-vivos" DE BENS IMOVEIS  
DA INCIDENCIA

ART. 42º - O Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso de bens imoveis e de direitos reais a eles relativos, tem como fato gerador:

- I - A transmissão, a qualquer titulo, da propriedade ou do dominio util de bens imoveis por natureza ou accessao fisica, como definidos na Lei Civil.
- II - A transmissão a qualquer titulo, de direitos reais sobre imoveis, exceto os de garantia;
- III - A cessao de direitos relativos as transmissões referidas nos itens anteriores.

Art. 43º - Considera-se ocorrido o fato gerador:

- I - Na adjudicacao e na arrematacao, na data da assinatura do respectivo auto;
- II - Na adjudicacao sujeita a licitacao e na adjudicacao compulsoria, na data em que transitar em julgado a sentenca adjudicatoria;
- III - Na dissolucao da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder a meacao, na data em que transitar em julgado a sentenca que homologar ou decidir partilha;
- IV - No usufruto do imovel, decretado pelo juiz da execucao, na data em que transitar julgado a sentenca que o constituir;
- V - Na extincao de usufruto, na data em que ocorrer o fato ou ato juridico determinante da consolidacao da propriedade da pessoa do nu-proprietario;
- VI - Na remissao, na data do deposito em juizo;
- VII - Na data da formalizacao do ato

ou negocio juridico.

condicional;

substabelecimentos;

de compra e venda;

convencional;

h) Nas demais transmissões de bens imoveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos a aquisição.

PARAGRAFO UNICO - Na dissolucao da sociedade conjugal, o excesso de meacao, para fins do imposto, e o valor em bens imoveis, incluído no quinhao de um dos conjuges, que ultrapasse 50% do total partilhavel.

Art. 44g - Consideram-se bens imoveis para fins de imposto:

I - O solo com sua superficie, o seus accessorios e adjacencias naturais, compreendendo as arvores e os frutos pendentes, o espaco aereo e o subsolo;

II - Tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construcoes e a semente lancada a terra, de modo que nao se possa retirar sem destruicao, modificacao, fratura ou dano.

#### DO CONTRIBUINTE

Art. 45g - Contribuinte do imposto e:

I - Nas cessoes de direito, o cedente;

II - Na permuta, cada um dos permutantes em relacao ao imovel ou ao direito adquirido;

III - Nas demais transmissoes o adquirente do imovel ou do direito transmitido.

#### DA BASE DE CALCULO E ALIQUOTAS

Art. 46g - A base de calculo do imposto e o valor venal do imovel objeto da transmissao ou da cessao de direitos reais a ele relativos, no momento da avaliacao fiscal, efetuados pela Sec. Mun. da Fazenda.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Na avaliacao fiscal dos bens imoveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderao ser considerados dentre outros elementos, os valores correntes das transacoes de bens da mesma natureza no mercado imobiliario, valores de cadastro, declaracao do contribuinte na guia de imposto, caracteristicas do imovel, como forma, dimensoes, tipo, utilizacao, localizacao, estado de conservacao, custo unitario de construcao, infra-estrutura urbana, e valores das areas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

PARAGRAFO SEGUNDO - A avaliacao prevalecera pelo prazo de trinta dias, contados da data em que tiver sido realizada, findos os quais, sem o pagamento do imposto, devera ser feita nova avaliacao.

Art. 47g - Sao, tambem, base de calculo do imposto:

I - O valor venal do imovel aforado, na transmissao do dominio util;

II - O valor venal do imovel, objeto de instituicao ou de extincao de usufruto;

III - A avaliacao fiscal ou o preco pago, se este for maior, na arrematacao e na adjudicacao de imovel.

Art. 48g - Nao se inclui na avaliacao fiscal do imovel o valor da construcao nele executado pelo adquirente e comprovada mediante exibicao dos seguintes documentos:

I - Projeto aprovado e licenciado

para a construcão;

II - Notas fiscais do material adquirido para a construcão;

III - Por quaisquer outros meios de provas idoneas, a criterio do Fisco.

Art. 492 - A aliquota do imposto e:

I - Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitacão.

a) Sobre o valor efetivamente financiado: 0,5%.

b) Sobre o valor restante: 2%.

II - Nas demais transmissões: 2%.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Da adjudicacão de imóvel pelo credor hipotecario ou a sua arrematacão por terceiro estão sujeitas a aliquota de 2%, mesmo que o bem tenha sido adquirido, antes da adjudicacão, com financiamento do Sistema Financeiro da Habitacão.

PARAGRAFO SEGUNDO - Considera-se como parte financiada, para fins de applicacão da aliquota de 0,5%, o valor do Fundo de Garantia Por Tempo de Servico liberado para aquisicão do imóvel.

#### DA NAO INCIDENCIA

Art. 502 - O imposto nao incide:

I - Na transmissão do dominio direto ou da nua propriedade;

II - Na desimcorporacão dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimonio de pessoa juridica, em realizacão de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

III - Na transmissão ao alienante anterior, tem razao do desfazimento da alienacão condicional ou com pacto comissório, pelo nao cumprimento da condicão ou pela falta de pagamento do preco;

IV - Na retrovenda e na volta dos bens ao dominio do alienante em razao da compra e venda com pacto de melhor comprador;

V - Na usucapiao;

VI - Na extincão de condominio, sobre o valor que nao exceder ao da quota-parte de cada condominio;

VII - Na transmissão de direitos possessarios;

VIII - Na promessa de compra e venda;

IX - Na incorporacão de bens ou de direitos a eles relativos, ao patrimonio da pessoa juridica, para reintegracão de cota de capital;

X - Na transmissão de bens imoveis ou de direitos a eles relativos decorrente de fusão, incorporacão ou extincão de pessoas juridica.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O disposto no inciso II, deste artigo, somente tem applicacão se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participacão, total ou parcial, no capital social da pessoa juridica.

PARAGRAFO SEGUNDO - As disposicoes dos incisos IX e X, deste artigo nao se aplicam quando a pessoa juridica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locacao de bens imoveis ou arrendamento mercantil.

PARAGRAFO TERCEIRO - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no paragrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa juridica adquirente nos 02 (dois) anos seguintes a aquisicao decorrente de vendas, administracao ou cessao de direitos a aquisicao de imoveis.

PARAGRAFO QUARTO - Verificada a preponderancia a que se refere os paragrafos anteriores torna-se devido o imposto nos termos da Lei vigente a data da aquisicao e sobre o valor atualizado do imovel ou dos direitos sobre eles.

#### DAS OBRIGACOES DE TERCEIROS

Art. 51g - Nao poderao ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabelioes, Escrivoes e Officiais de Registro de Imoveis, os atos e termos de sua competencia, sem prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento da imunidade, da nao incidencia e da isencao.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Tratando-se de transmissao de dominio util, exigir-se-a, tambem, a prova de pagamento do laudemio e da concessao da licenca quando for o caso.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os Tabelioes ou os Escrivoes farao constar nos atos e termos que lavrarem a avaliacao fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o numero atribuido a guia pela Sec. Mun. da Fazenda ou se for o caso, a identificacao do documento probatorio do reconhecimento da imunidade, da nao incidencia e da isencao tributaria.

#### DAS TAXAS

##### CAPITULO I

##### Disposicoes Preliminares

Art. 52g - As taxas Municipais sao:

I - De servico, e

II - pelo exercicio do Poder de Policia.

Art. 53g - As taxas de servico sao

cobradas;

I - pela prestacao de um servico

publico municipal;

II - Pela disponibilidade de um

servico publico municipal;

III - cumulativamente, pela prestacao e disponibilidade de um servico publico municipal.

Art. 54g - As taxas por exercicio de Poder de Policia sao cobradas sempre que o Poder Publico

Municipal deva desenvolver atividades de vistoria, fiscalizacao, exame, pericia, apuracao de fatos ou proceder as diligencias outras atividades ineridas no seu Poder de Policia, na forma da Lei; tendo em vista conceder autorizacao, permissao ou licenciamento para o exercicio de atividades sujeitas a fiscalizacao ou licenciamento.

## CAPITULO II

### Das Taxas de Servico e dos Fatos Geradores

Art. 55g - As taxas de servicos e seus fatos geradores sao:

I - taxas de expediente, a prestacao de servicos administrativos;

II - taxas de alinhamento e nivelamento, de numeracao de predio, de cemiterio e de pavimentacao e servicos correlatos a prestacao de servicos;

III - taxas de servicos urbanos, (limpeza publica, conservacao de calcamento, coleta de lixo e prevencao contra incendio em convenio com o Estado), a disponibilidade ou a disponibilidade e prestacao de servicos, cumulativamente.

## CAPITULO III

### Das Bases de Calculos e das Aliquotas das Taxas de Servicos

Art. 56g - Sao as seguintes as bases de calculo e as aliquotas das taxas de servico:

Aliquota base sobre o valor de referencia municipal.

#### I - TAXA DE EXPEDIENTE:

a) protocolizacao de requerimentos dirigidos a qualquer autoridade municipal, para qualquer fim...2%

b) fornecimento de certidoes, atestados, ou declaracoes.....5%

c) busca, por ano.....1%

d) averbacoes.....7%

e) cadastramentos de bens, servicos ou atividades sujeitas a tributacao municipal.....5%

f) inscricoes em geral.....5%

g) registro de marca.....10%

h) concessao de placas taxi.....20%

i) transferencia placas taxi.....20%

j) fornecimento de :

copias heliograficas executadas a criterio da Administracao: por cada metro quadrado de papel utilizado.....2%

l) emissao de guias de recolhimento por conjunto:

1a via.....2%

2a via.....4%

m) outros papeis ou documentos nao compreendidos nas alineas anteriores, que, a criterio da

Administracao Municipal, sejam fornecidos pelos orgaos Municipais, por unidade.....	II - Taxas de alieamento e nivelamento:	4%
	a) ate 10 metros lineares.....	5%
	b) por metro linear excedente.....	1%
	III - Taxa de numeracao de predio:	
	a) por placa, alem do custo de placa.....	2%
	IV - Taxa de cemiterio:	
	a) sepultamento.....	2%
	b) desinterramento (exumacao).....	15%
	c) enterramento:	
	1) perpetuo por metro quadrado de terreno.....	10%
	V - a) nos casos de passeios e obras de escoamento pluvial, o valor total apurado:	
	b) nos casos de pavimentacao da faixa de rolamento.....	70%
	do valor apurado, incluidos os cruzamentos.	
	VI - TAXAS de Servicos Urbanos:	
	a) prevencao contra incendios:	
	-residencial.....	3%
	-comercial.....	5%
	-industrial.....	8%
	b) limpeza publica, por quinze metros de testada de terrenos construidos ou nao por ano.....	(zero)
	c) por metro de testada excedente.....	(zero)
	d) coleta de lixo, metragem construida (quadrada), por ano:	
	1) economias de uso exclusivamente residencial:	
	ate 100 m2.....	10%
	de 101 ate 200 m2.....	15%
	mais de 200m2.....	25%
	2) economias de uso de atividades de profissionais autonomos:	
	ate 100 m2.....	10%
	mais de 100 m2.....	20%
	3) bares, hoteis, restaurantes, pensoes, hospitais e similares:	
	ate 100 m2.....	10%
	de 101 a 300 m2.....	15%
	mais de 300 m2.....	20%
	4) economias de uso comercial, industrial, bancario e outros usos nao especificados:	
	ate 100 m2.....	10%
	de 101 a 300 m2.....	15%
	mais de 300 m2.....	30%
	PARAGRAFO PRIMEIRO - Sao	
contribuintes:	I - das taxas de expediente de alinhamento, de nivelamento, de cemiterio, o solicitante do servico ou o interessado neste;	

II - Da taxa de numeracao de predio, o proprietario da construcao, o titular do dominio util, ou possuidor a qualquer titulo do predio beneficiado com o servico;

III - Da taxa de pavimentacao e servicos correlatos, o proprietario, titular do dominio util ou o possuidor a qualquer titulo de imoveis situados em logradouros publicos ou particulares onde a Prefeitura executa servicos de pavimentacao e servicos correlatos;

IV - Da taxa de servicos urbanos, o proprietario, o titular do dominio util ou o possuidor a qualquer titulo de imoveis situados em logradouros publicos ou particulares, onde a Prefeitura mantenha com regularidade limpeza publica, conservacao de calcamento, coleta de lixo e prevencao contra incendios.

PARAGRAFO SEGUNDO - Para os efeitos de calculos das taxas de servicos urbanos que tem por base de calculo o metro de testada de terrenos situados em esquinas, sera observado o seguinte:

I - nos casos de residencias de uso exclusivamente residencial, sera considerada apenas a testada maior; e

II - nos demais casos serao somadas as testadas.

PARAGRAFO TERCEIRO - As taxas de servicos urbanos sofrerao reducao de 20%, quando o pagamento for efetuado integralmente ate o vencimento da 1a (primeira) parcela.

PARAGRAFO QUARTO - As taxas de servicos urbanos serao lancadas nos casos de edificacao com mais de uma unidade autonoma, tantas vezes quantas forem as suas unidades autonomas.

#### CAPITULO IV

##### Das Taxas de Policia e do Fato Gerador

Policia sao as seguintes:

logradouro publico;

em via ou logradouro publico;

loteamentos e arruamentos;

servico de transporte coletivo urbano;

funcionamento;

localizacao e funcionamento.

Art. 57a - as taxas pelo poder de

I - licenca para publicidade;

II - licenca para comercio em via ou

III - licenca para ocupacao do solo

IV - licenca e fiscalizacao de

V - licenca e fiscalizacao de obras;

VI - outorga e habite-se;

VII - concessao para exploracao de

VIII - licenca para localizacao e

IX - vistoria da licenca para

Art. 58a - e fato gerador das taxas pelo exercicio do Poder de Policia a emissao do juizo expressivo desse poder.

## CAPITULO V

### Das Bases de Calculo e das Aliquotas

Art. 59º - sao as seguintes as bases de calculos e as aliquotas das taxas pelo Poder de Policia:  
aliquota base sobre o Valor de Referencia Municipal.

I - Taxa de licenca para publicidade:  
a) publicidade falada, atraves de veiculos, de qualquer especie e/ou quantidade, por anunciante, inclusive servico de som em local externo do estabelecimento:

5% por dia.

100% ao mes.

400% ao ano.

b) publicidade atraves de projecao de filmes, dispositivos similares em vias ou logradouros publicos, qualquer especie ou quantidade por anunciante.....10%

c) publicidade ou propaganda atraves de faixas ou cartazes colocados em vias ou logradouros publicos qualquer quantidade e especie por anunciante.....4%

d) publicidade em placas, tabuletas, paineis ou similares, colocados em terrenos, tapumes ou andaimes, muros, telhados, edificios, etc. (out-doors e similares) desde que visiveis das vias e logradouros publicos, de qualquer especie, por quantidade e por anunciante:

4% ao dia.

20% ao mes.

100% ao ano.

II - taxa de licenca para comercio em via ou logradouro publico;

Ambulantes:

20% ao dia

200% ao mes.

600% ao ano.

III - Taxa de licenca para ocupacao do solo em via ou logradouro publico:

a) espaco ocupado por bancas de jornais, revistas e similares.....(zero)

b) espaco ocupado por bancas de frutas, verduras ou similares nas vias ou logradouros publicos ou com depositos de materiais em locais designados pela Prefeitura, por prazo e criterio desta por metro quadrado;

5% ao dia.

20% ao mes.

80% ao ano.

c) pequenos vendedores ambulantes de roupas, perfumes, calcados e assemelhados, exceto, joias.....10% ao ano.

d) espaco ocupado por circos e parques de diversoes.....100% ao dia.

e) espaco ocupado por veiculo de aluguel (taxi e outros).....30% ao ano.

f) demais usos de vias e logradouros

publicos desde que devidamente autorizados;

5% ao dia.

25% ao mes.

100% ao ano.

IV - Taxa de licenca e fiscalizacao de loteamentos e arruamentos:

a) aprovacao de loteamento por lote.....1%

b) aprovacao de arruamento, por metro linear de rua.....0,2%

V - Taxa de licenca e fiscalizacao de obras:

a) por metro quadrado de area construida de:

1) concreto e alvenaria-estruturado.....0,4%

2 - alvenaria.....0,3%

3) madeira ou tipo misto.....0,1%

4) muralha ou sustentacao.....0,1%

5) piscinas.....0,3%

6) muros, faxadas, marquises, cobertas, tapumes, andaimes, barracoes, galpoes, reconstrucoes, reformas, reparos e demolicoes e quaisquer outras obras nao especificadas.....0,1%

d) revalidacao da licenca, por metro quadrado de area construida.....0,2%

VI - Taxa de outorga de habite-se:

1 - ate 50 m2.....(zero)

2 - mais de 50 m2, por m2.....0,1%

VII - Taxa de concessao para exploracao de servicos de transportes coletivos.....50%

por ano, por veiculo.....50%

VIII - Taxa de licenca para localizacao e funcionamento:

a) Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Prestacao de Servicos, por ano:

1 - ate 20 m2.....20%

2 - de 21 m2 ate 50m2.....40%

3 - de 51 m2 ate 80 m2.....60%

4 - de 81 m2 ate 100 m2.....80%

5 - alem de 101m2, cada m2 excedente.....0,15%

b) circos, por dia.....20%

c) parque de diversoes por dia.....40%

d) bilhares e quaisquer outros jogos de mesa e por semestre e por mesa.....5%

e) jogos de cancha ou pista, por cancha ou pista, por ano.....10%

f) tiro ao alvo, por arma e por dia.....5%

g) exercicio profissional sem estabelecimento, por ano:

I - profissionais graduados com o 2o e 3o graus.....30%

II - posto de venda, exposicoes ou

demonstracoes, por mes e valor minimo.....100%  
IX - Taxa de vistoria do alvara para localizacao e funcionamento, sera devida em base identica da taxa constante do item anterior (Taxa de Licenca para Localizacao e Funcionamento).

PARAGRAFO PRIMEIRO - Sao contribuintes:

I - da Taxa de licenca para publicidade, o sujeito que tenha interesse em publicidade propria ou de terceiros;

II - Taxa de licenca para comercio em via ou logradouro publico, o comerciante ambulante ou eventual, sem prejuizo de responsabilidade solidaria de terceiros, se aquele for empregado ou agente destes;

III - da taxa de licenca para ocupacao do solo em via ou logradouro publico, o proprietario ou possuidor de objetos, mercadorias, moveis aparelhos, veiculos ou instalacoes que ocupem o uso de areas (solo) em vias ou logradouros publicos;

IV - das taxas de licencas e fiscalizacao da obra e do loteamento e arruamento, o proprietario, titular do dominio util ou possuidor a qualquer titulo de imovel em que se faga obra, loteamento ou arruamento;

V - Da taxa de outorga de "habite-se", o proprietario titular do dominio util ou possuidor a qualquer titulo do predio recém construido ou reconstruido, pronta a habitacao;

VI - da taxa de concessao para exploracao de transporte coletivo urbano, o proprietario de veiculo ou de empresa que tenha a concessao para exploracao de transporte coletivo urbano;

VII - das taxas de licenca para localizacao e funcionamento e de vistoria de licenca para localizacao e funcionamento a pessoa fisica ou juridica que possua estabelecimento que se dedique a industria, ao comercio, a operacao financeira, a prestacao de servicos ou similares.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento da taxa de licenca para comercio em via ou logradouro publico (item II) nao dispensa a cobranca da taxa de licenca para ocupacao do solo em via ou logradouro publico (item III).

#### TITULO IV

##### Das Imunidades e Isencoes

#### CAPITULO I

##### Das Imunidades

Art. 60g - A imunidade tributaria exclui o pagamento dos impostos, mas nao de taxas.

Art. 61g - Sao imunes aos impostos municipais os imoveis e servicos da Uniao, do Estado e de outros Municipios.

PARAGRAFO UNICO - Gozam de identica

situacao os imoveis e servicos de autarquias federais, Estaduais e Municipais, desde que usados efetivamente no atendimento de suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

Art. 62º - Sao tambem imunes a impostos os templos de qualquer culto, os imoveis e servicos de partidos politicos e instituicoes de educacao e assistencia social.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A imunidade tributaria de bens imoveis dos templos se restringe aqueles destinados ao exercicio do culto.

PARAGRAFO SEGUNDO - As instituicoes de educacao e assistencia social somente gozarao da imunidade mencionada neste art. quando:

I - nao distribuirem qualquer parcela de seu patrimonio ou de suas rendas, a titulo de lucro ou participacao no seu resultado;

II - aplicarem integralmente, no Pais, os seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituracao de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidao escriturados por pessoas legalmente habilitados;

IV - haver generalidade na prestacao de servicos ou na distribuicao de utilidades ou beneficios; e

V - manterem gratuidade de, no minimo, 30% (trinta por cento) sobre o movimento economico tributavel, com isto descaracterizando-se o intuito comercial e fim lucrativo.

Art. 63º - a imunidade nao exclui a obrigatoriedade do cumprimento dos deveres accessorios.

## CAPITULO II

### Das Isencoes

Art. 64º - sao isentos dos impostos, sob a condicao de que cumpram as exigencias da Legislacao Tributaria do Municipio:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano:

a) os imoveis cedidos gratuitamente a uso de servicos publicos, federais, estaduais e municipais.

b) os imoveis cedidos gratuitamente pelos seus proprietarios a instituicoes que visem a pratica da assistencia social desde que tenham tal finalidade e os cedidos, nas mesmas condicoes, a instituicoes de ensino gratuito;

c) os imoveis pertencentes a sociedade ou instituicoes sem fins lucrativos, que se destinem a congregar classes patronais ou trabalhadores com o fito de realizar a uniao dos associados, sua representacao e defesa, a elevacao do seu nivel intelectual ou fisico, a assistencia medico hospitalar ou a recreacao social;

d) imovel pertencente a viuva de combatente da FEB morto no campo de batalha, enquanto se conservar neste estado civil;

e) imóvel pertencente a militar ou civil, que tenha servido na FEB, na Itália, durante a última guerra mundial e que esteja incapacitado para o trabalho em decorrência de ferimento sofrido, em acidente ou combate; ou ainda, em virtude de molestia adquirida em consequência desta missão;

f) os prédios de moradia e que sirvam de residência dos proprietários, desde que não possua outro imóvel: e sua construção seja em:

I - alvenaria popular medindo até 40 m<sup>2</sup>, construída dentro de um terreno de até 360 m<sup>2</sup>.

II - madeira popular, ou mista popular, medindo até 50 m<sup>2</sup>, construída dentro de um terreno de até 360 m<sup>2</sup>.

III - os contribuintes que não se enquadram nos itens anteriores e que comprovadamente percebam renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos.

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) os serviços de execução, por administração ou empreitada, de obras hidráulicas, e de construção civil, contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Empresas Concessionárias de serviços públicos, assim como, as respectivas subempreitadas;

b) pensões familiares, com no máximo, três pensionistas;

c) profissional autônomo não liberal e nível técnico, no seu domicílio, sem porta aberta para via pública, por conta própria e sem empregados, sem reclames ou letreiros, com receita bruta anual não excedente a doze salários mínimos, não se considerando empregado os filhos e mulher do sujeito passivo;

d) sapateiros, remendões que trabalhem individualmente sem empregados e por conta própria;

e) as pessoas portadoras de defeito físico, sem empregados e reconhecidamente pobres;

f) carroceiros, atendentes de enfermagem, auxiliares de enfermagem, parteiras, enfermeiros, veterinários e agrônomos;

g) promoventes de concertos, recitais, shows, bailes, exposições, quermesses e outros espetáculos similares, realizados para fins assistenciais; e

h) prestação de assistência médica ou odontológica ou gabinetes mantidos por estabelecimentos comerciais ou industriais, sindicatos e sociedades civis sem fins lucrativos, desde que se destinem exclusivamente ao atendimento de seus empregados e associados, e não seja explorada por terceiros sob qualquer título.

III - Imposto Sobre a Transmissão "inter vivos".

E isenta do imposto, a transmissão:

a) na primeira aquisição: de terreno, situado em zona urbana ou rural, quando este se destinar a construção de casa própria e cuja estimativa fiscal não ultrapassar a 25% da V.R.M.

Da casa propria, situada em zona urbana ou rural, cuja estimativa fiscal nao seja superior a 40% da V.R.M.

b) em que seja adquirente a Caixa Economica Federal.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos do disposto no inciso III alinea "a" deste artigo, considera-se:

a) a aquisicao: a realizada por pessoa que comprove nao ser ela propria, ou seu conjugue, proprietaria de outro imovel residencial no municipio, no momento da transmissao ou da cessao;

b) casa propria: o imovel que se destinar a residencia do adquirente com animo definitivo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O imposto dispensado, torna-se-a devido na data da aquisicao do imovel, se o beneficiario nao apresentar a Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de aquisicao, prova de licenciamento para construir, fornecida pela Prefeitura Municipal, ou se antes de esgotado o referido prazo, der ao imovel destinacao diversa.

PARAGRAFO TERCEIRO - Para fins do disposto no paragrafo anterior, a estimativa fiscal sera convertida em V.R.M. pelo valor desta, na data da estimativa fiscal do imovel.

PARAGRAFO QUARTO - A isencao que trata o inciso III, deste artigo, nao abrange as aquisicoes de oveis destinados a recreacao, ao lazer ou para o veraneio.

PARAGRAFO QUINTO - A exonerao tributaria por isencao, fica condicionada ao seu reconhecimento pelo Secretario Municipal da Fazenda e nao gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissao, se apurado que o beneficiario prestou prova falsa, ou, quando for o caso deixou de utilizar o imovel para os fins que lhe asseguraram o beneficio.

Art. 65 - Observadas as disposicoes do artigo anterior, sao tambem isentas do pagamento das taxas de:

I - expediente:

a) os atestados e certidoes fornecidas a servidores municipais, bem como os requerimentos por eles apresentados, quando envolvam assuntos de interesse funcional;

II - cemiterio:

a) os indigentes;

III - pavimentacao e servicos

correlatos:

a) os proprietarios de terrenos condenados por Lei, para efeito de construcao de moradia;

IV - servicos urbanos:

a) os predios federais e estaduais, inclusive de autarquias, quando exclusivamente

utilizadas por servicos da Uniao e dos Estados; e

b) os templos de qualquer culto.

V - publicidade:

a) os cartazes ou faixas destinadas a fins patrioticos, religiosos, culturais, esportivos, ou estudantis;

b) as placas, nos locais de construcao, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsaveis pelo projeto ou execucao de obras particulares ou publicas; e

c) as tabuletas indicativas de sitios, granjas, chacaras, fazendas ou similares;

VI - licenca para comercio em via ou logradouro publico:

a) os cegos e mutilados que exercem o comercio em pequena escala;

b) os engraxates; e

c) os vendedores ambulantes de livros, revistas, jornais, verduras, frutas e legumes;

VII - licenca e fiscalizacao de obras:

a) as obras realizadas em imoveis de propriedade da Uniao, do Estado e das Autarquias;

b) a construcao de reservatorios de qualquer natureza, para abastecimento de agua; e

c) a construcao de barracoes destinados a guarda de materiais de obras ja licenciadas;

VIII - outorga do "habite-se":

a) os predios de propriedade da Uniao, do Estado e das Autarquias;

b) os predios com menos de 50m<sup>2</sup>;

IX - licenca para localizacao e funcionamento e de vistoria do alvara de licenca:

a) as diversoes publicas, relativas a bailes ou jogos de cancha, pista ou mesa em clubes sociais e recreativos e comunidades religiosas.

Art. 66 - Ficam isentos do pagamento dos impostos municipais e das taxas de servicos urbanos todos os estabelecimentos de ensino: excepcional, maternal, jardim de infancia, pre, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus e superior.

Art. 67 - Fica o Executivo Municipal, respeitado o disposto neste codigo, autorizado a estabelecer, no regulamento, normas sobre a vigencia e a exclusao do beneficio de isencao fiscal, bem como sobre a documentacao necessaria para acompanhar o pedido de isencao.

Art. 68 - A Lei municipal podera dispor sobre a concessao de estímulos fiscais a instalacao de industrias no Municipio.

Art. 69 - A concessao de isencao nao prevista neste codigo, apoiar-se-a, sempre, em fortes razoes de ordem publica ou de interesse do Municipio; nao podera ter carater pessoal e dependera de Lei aprovada por maioria simples

dos membros da camara municipal.

PARAGRAFO UNICO - entende-se como favor pessoal nao permitido a concessao, em Lei, de isencao de tributos a determinada pessoa fisica ou juridica.

Art. 70 - verificada, a qualquer tempo, a inobservancia das formalidades exigidas para a concessao, ou o desaparecimento das condicoes que a motivaram, sera a isencao obrigatoriamente cancelada.

#### Disposicoes gerais

### CAPITULO I

Dos principios e da aplicacao da lei tributaria

Art. 71 - Sao principios obrigatorios para o fisco, na interpretacao da legislacao tributaria:

I - So a Lei pode criar tributos;

II - So a Lei pode criar incidencias, amplia-las ou suprimi-las;

III - So a Lei pode estabelecer a base de calculo e aliquota dos tributos;

IV - so a Lei pode estabelecer casos de substituicao e responsabilidade;

V - so a Lei pode conceder isencoes, reducoes ou agravamentos fiscais; e

VI - so a Lei pode fixar penalidade tributaria.

Art. 72 - As Leis tributarias entram em vigor 15 dias apos publicadas, salvo se dispuserem de forma diversa. As que importem agravacoes tributarias, so no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 73 - Nas situacoes que nao se possa solucionar pelas disposicoes deste codigo ou da legislacao municipal, recorrer-se-a aos principios gerais de direito tributario e CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL.

Art. 74 - Nenhuma Lei tributaria tera efeito retroativo.

Art. 75 - Os prazos fixados na legislacao tributaria contam-se pela seguinte forma:

I - os de ano ou mais sao continuos e terminam no dia equivalente do ano ou mes respectivo; e

II - quanto aos fixados em dias, desprezando-se o primeiro dia e contando-se o ultimo.

PARAGRAFO UNICO - prorrogam-se ate o proximo dia util os prazos vencidos em feriados ou dia em que a reparticao tributaria ou estabelecimento bancario credenciado esteja fechado.

Art. 76 - As convencoes entre particulares nao sao oponiveis ao fisco municipal.

### CAPITULO II

Do regulamento

Art. 77 - o Prefeito Municipal,

mediante decreto, regulamentara a legislacao tributaria do municipio, observados aos principios constitucionais e o disposto neste codigo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O regulamento se dirige essencialmente aos servicos fiscais do Municipio.

PARAGRAFO SEGUNDO - O regulamento ditara as medidas necessarias ao fiel cumprimento da legislacao tributaria, estabelecendo as normas de organizacao e funcionamento da administracao tributaria que se fizerem necessarias ao cabal cumprimento das leis.

PARAGRAFO TERCEIRO - O regulamento nao podera dispor sobre materia que contrarie a lei; nao podera criar tributo; estabelecer ou alterar bases de calculos ou aliquotas; e nem estabelecer formas de extincao e obrigacoes.

PARAGRAFO QUARTO - O regulamento nao podera estabelecer agravacoes ou isencoes; nem criar deveres acessorios; e nem ampliar as faculdades do fisco.

Art. 78 - Toda a disposicao regulamentar em materia tributaria sera vinculada por decreto. Sao proibidas instrucoes, portarias e ordens de servicos que se enderecem ao conhecimento do contribuinte.

Art. 79 - A municipalidade dara publicidade a todas as leis e regulamentos em materia tributaria.

Art. 80 - As certidoes e fotocopias solicitadas pelos contribuintes serao fornecidas pelo prazo improrrogavel de 15 dias, sob pena de suspensao do servidor que causar a ultrapassagem do prazo.

PARAGRAFO UNICO - A expedicao de certidao negativa nao impede a cobranca de debito anterior, posteriormente apurado.

Art. 81 - Toda a fotocopia ou papel produzido por processo fotografico ou semelhante sera assinado pelo servidor que o elaborar e valera para todos os efeitos como documento autentico.

### CAPITULO III

#### Da solidariedade e da responsabilidade

##### SECAO I

Pelo pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 82 - Sao solidariamente responsaveis pelo pagamento dos impostos imobiliarios, bem como pelo cumprimento dos deveres acessorios, os condominios, socios e compossuidores ou comunheiros.

Art. 83 - Sao responsaveis pelo pagamento dos tributos imobiliarios:

I - O adquirente do imovel, pelos tributos devidos pelo alienamento, ate a data do titulo transmissivel da propriedade do dominio util ou da posse, salvo quando conste da escritura Publica, a prova de plena e geral quitacao, limitada esta responsabilidade nos casos de arrematacao

em hasta-publica, ao montante do respectivo preco;

II - O espolio, pelos tributos devidos pelo "De cujus", ate a data da abertura da concessao;

III- O sucessor a qualquer titulo e o conjugue meeiro pelos tributos devidos pelo "de cujus", ate a data da partilha ou de adjudicacao, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhao, do legado ou da meacao;

IV- A pessoa juridica de direito privado que resultar da fusao, transformacao ou incorporacao de outra ou em outra, pelas pessoas juridicas fundidas, transformadas ou incorporadas, a ate a data dos ato de fusao, transformacao ou incorporacao; e

V- O tabeliao e ou o oficial do registro de imoveis que registrarem alienacao de imoveis sem a juntada de certidao negativa respectiva.

## SECAO II

Pelo pagamento do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza.

Art. 84- Sao solidariamente responsaveis pelo pagamento do imposto sobre servicos de qualquer natureza e pelo cumprimento dos deveres acessorios:

I - O responsavel tecnico pela execucao de obra de construcao civil ou semelhante, inclusive quanto aos servicos auxiliares ou sub-empreitadas;

II - O proprietario da obra;

III- O proprietario do veiculo de aluguel a frete ou de transporte coletivo, no territorio do municipio.

IV - O proprietario ou seu representante, que ceder dependencias ou locais para a pratica de jogos e diversoes sem que o promotor esteja quites com o imposto respectivo; e

V - Empresas, associacoes e outros estabelecimentos, pelo imposto de pessoas que trabalhem como autonomos em suas dependencias ou instalacoes sem estarem quites com os cofre municipais; e

VI- Os socios, no caso de liquidacao de sociedade de pessoas.

Art. 85- Sao responsaveis pelo pagamento de imposto sobre servicos:

I - A pessoa fisica ou juridica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer titulo, estabelecimento profisional de prestacao de servicos, e continuar a exploracao do negocio, sob a mesma ou outra rasao social, ou sob firma ou nome individual do estabelecimento adquirido, devido ate a data do ato:

a) Integralmente se o alienante cessar a exploracao da atividade;

b) Subsidiariamente com a alienacao, se esta proseguir na exploracao ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienacao nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestacao de servico.

II - A pessoa juridica de direito privado que resultar da fusao, transformacao ou incorporacao de outra ou em outra, e responsavel pelo imposto devido pelas pessoas juridicas fundidas, transformadas ou incorporadas, ate a data dos atos de fusao, transformacao ou incorporacao.

PARAGRAFO UNICO- O disposto no item I deste artigo aplica-se aos casos de extincao de pessoas juridicas de direito privado, quando a exploracao da respectiva atividade seja continuada por qualquer socio remanescente, ou seu espolio sob a mesma ou outra razao social, ou sob firma individual.

Art. 86 - Que se utilizar de servicos prestados por firmas ou autonomos, devera certificar-se de que o prestador do servico e inscrito na Prefeitura como contribuinte do imposto sobre servicos.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Nao sendo prestador de servicos contribuinte inscrito, o pagador retera o imposto devido, recolhendo-o dentro de cinco dias, declinando o nome e endereco do prestador no verso da guia de recolhimento.

PARAGRAFO SEGUNDO - A falta de retencao do Imposto na forma do paragrafo anterior, implica em responsabilidade do pagador pelo debito resultante.

#### CAPITULO IV

##### Do domicilio Tributario

Art. 87 - E domicilio tributario o local onde o contribuinte reside ou exerce as suas atividades tributarias. Se se tratar de pessoa juridica de direito publico privado, o local de qualque se seus estabelecimentos ou reparticos.

PARAGRAFO PRIMEIRO- O contribuinte deve comunicar mudanca de domicilio ao setor de receita do municipio, dentro de 20 dias da ocorrencia do fato, sob a pena de multa e determinacao de officio de seu domicilio.

PARAGRAFO SEGUNDO- O contribuinte elegera, de acordo com a sua conviniencia, qualquer local, na area urbana, como seu domicilio tributario, salvo se residir na area rural.

#### LIVRO SEGUNDO

##### Direito Administrativo Tributario

#### TITULO I

##### Da Administracao Tributaria

#### CAPITULO UNICO

##### Disposicoes Gerais

Art. 88 - A administracao tributaria

ou fisco e a designação legal dos órgãos administrativos municipais que devem velar pela observância da legislação tributária, cumprir os deveres que a lei impõe ao município e exercer os direitos a ele atribuídos.

PARAGRAFO PRIMEIRO- A estes órgãos incumbe manter atualizados os cadastros e livros de informação, proceder o lançamento, a cobrança, a escrituração e a contabilidade da arrecadação, bem como a fiscalização dos contribuintes e da ocorrência dos fatos geradores.

PARAGRAFO SEGUNDO - Também incumbe a Administração Tributária Municipal a lavratura dos autos de infração e aplicação das sanções previstas na legislação tributária, bem como o auxílio de orientação aos contribuintes.

Art. 89 - É dever de todo o funcionário fiscal estudar direito tributário, bem como acompanhar a jurisprudência de interesse fiscal.

PARAGRAFO UNICO - Os funcionários da Administração Tributária reunir-se-ão periodicamente para discutirem os problemas tributários do município.

Art. 90 - Serão punidos, na forma da legislação municipal pertinente, os servidores fiscais que ministrarem informações erradas, sonegarem-nas ou forem dissiduosos ou desatentos com os contribuintes.

Art. 91- A administração tributária adotará procedimentos mecanizados, técnicas de racionalização do trabalho e métodos bancários, sempre que possível.

## TITULO II

### Do lançamento

#### CAPITULO I

##### Princípios Gerais

Art. 92- São competentes para praticarem o ato de lançamento os funcionários da administração tributária ou fisco.

Art. 93 - É passível de punição, de ofício ou a requerimento do interessado, o funcionário que retardar, omitir ou, de qualquer forma, desviar-se dos critérios legais ao proceder o lançamento ou seu preparo.

Art. 94- No lançamento o funcionário consignará a ocorrência do fato gerador, data, circunstâncias legalmente relevantes, base de cálculo, bem como o nome do contribuinte ou responsável legal, tudo no impresso próprio. Em seguida, fará a aplicação da alíquota a base tributária, procedendo os cálculos previstos na lei.

Art. 95 - São aplicáveis ao lançamento os critérios legais vigentes a data da ocorrência do fato gerador, ainda que revogado no momento de lançamento. Aplica-se a lei nova, em matéria de penalidades, quando venha beneficiar o contribuinte.

#### CAPITULO II

Disposições gerais relativas aos impostos imobiliários

Art. 96 - Feito o lançamento e individualizado o débito tributário, expedir-se-á documento formal de que constem, ainda que resumidamente, todos os dados relevantes para o lançamento, do qual se dará ciência ao contribuinte ou responsável, mediante a entrega da guia de recolhimento ou aviso-recibo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Qualquer pessoa, no domicílio fiscal, poderá assinar a declaração de entrega da guia de recolhimento.

PARAGRAFO SEGUNDO - O contribuinte é obrigado a diligenciar, junto a repartição competente, no sentido de obter a guia de recolhimento, quando não a tenha recebido, no domicílio fiscal.

Art. 97- Os lançamentos de impostos territorial e predial urbano serão feitos concomitantemente, com relação aos terrenos edificados. A guia de recolhimento será uma só, a cobrança será conjunta.

Art. 98 - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas, serão lançados um a um, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Art. 99 - A administração tributária poderá utilizar a mesma guia de recolhimento para o lançamento das taxas que recaiam sobre o imóvel.

PARAGRAFO UNICO - As taxas de que trata este artigo serão lançadas, no caso de edificações com mais de uma unidade autônoma, tantas vezes quantas forem as suas unidades autônomas.

Art. 100- Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver o imóvel no cadastro imobiliário em 31 de dezembro do ano anterior.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O lançamento referente a imóvel objeto de compromisso de compra e venda será feito em nome de quem estiver na sua posse.

PARAGRAFO SEGUNDO - Não sendo conhecido o proprietário o lançamento será feito em nome de quem estiver na posse do imóvel.

PARAGRAFO TERCEIRO - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feito a partilha, será transferido para o nome dos sucessores: para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência, perante a Administração Tributária, dentro do prazo de 30 dias, contados do julgamento da partilha ou da adjudicação.

PARAGRAFO QUARTO - Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobre estado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

PARAGRAFO QUINTO - O lançamento de imóveis pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas as guias de recolhimento serão entregues aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

Art. 101 - Enquanto não prescrita a

acao para a cobranca dos impostos imobiliarios, poderao ser efetuados lancamentos omitidos, por qualquer circunstancias, assim como lancamentos adicionais ou complementares de outros que tenham sido feitos com vicios, irregularidades ou erros de fato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da obrigacao tributaria resultante de lancamento anterior sera considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequencia de lancamentos adicionados ou complementares de que trata este artigo.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os lancamentos adicionais ou complementares nao invalidam anterior aditado ou complementado.

Art. 102 - O imposto sera lancado independente da regularidade juridica dos titulos de propriedade, dominio util ou posse do terreno, ou da satisfacao de quaisquer exigencias administrativas para a sua utilizacao para qualquer finalidade.

Art. 103- O lancamento e o recolhimento do imposto imobiliario serao efetuados na epoca e pela forma estabelecida no regulamento.

PARAGRAFO UNICO - O lancamento sera anual e o recolhimento se fara no numero de parcelas que o regulamento fixar.

Art. 104 A municipalidade dara ampla publicidade do prazo de vencimento do imposto imobiliario.

## CAPITULO II

### Do lancamento do Imposto sobre Servicos

Art. 105 - Os contribuintes do imposto sobre servicos ficarao sujeitos ao regime de lancamento e de auto-lancamento, segundo a natureza dos servicos prestados.

Art. 106 - No caso dos contribuintes de que trata o artigo 29 deste codico, sujeitos ao regime de auto-lancamento, o imposto sera calculado pelo proprio contribuinte, que preencher a guia de recolhimento, conforme estabelecido pela Prefeitura Municipal.

PARAGRAFO UNICO - Antes de proceder o recolhimento do imposto, o contribuinte, a criterio da Administracao Tributaria, devera levar a guia de recolhimento a reparticao competente da Prefeitura Municipal para ser procedida a conferencia da mesma.

Art. 107- No caso dos contribuintes de que trata o artigo 30 deste codico, sujeitos ao regime de lancamento, o imposto sera calculado pelo orgao competente da Prefeitura, que preencher a guia de recolhimento, na forma e prazos estabelecidos no regulamento.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A guia de recolhimento de que trata este artigo sera entregue ao contribuinte interessado, no domicilio fiscal, mediante a sua assinatura na declaracao de entrega. Quando o contribuinte nao receber a guia no domicilio fiscal, devera diligenciar, junto a reparticao competente da prefeitura, no sentido de obtela.

PARAGRAFO SEGUNDO - A municipalidade dara ampla publicidade do prazo de vencimento do imposto sobre servicos - regime de lancamento.

Art. 108 - Sera arbitrado o preco do servico mediante processo regular, nos seguintes casos:

I - Quando o sujeito passivo nao estiver inscrito na reparticao fiscal competente;

II - Quando existir fundada suspeita de que os documentos fiscais nao reflitam o preco real dos servicos, ou entao, quando o preco declarado estiver notoriamente abaixo do preco corrente na praca;

III - Quando se apurar fraude, sonegacao ou emissao ou se o contribuinte embarcar o exame dos livros ou documentos necessarios ao lancamento e a fiscalizacao do tributo.

IV - Quando o contribuinte nao apresentar sua guia de recolhimento e nao efetuar o pagamento do imposto no prazo legal;

V - Quando o contribuinte nao possuir os livros documentos, talonario de notas fiscais e formularios a que se refere o artigo 115 deste codigo; e

VI - Quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpresivo, quando for dificel a apuracao de preco ou quando a prestacao de servico tenha caracter transitorio ou instavel.

PARAGRAFO UNICO - Para o arbitramento de preco do servico serao considerados, entre outros elementos o indices, os lancamentos de estabelecimentos, semelhantes a natureza do servico prestado, o valor das instalacoes e equipamentos do contribuinte, sua localizacao, a retirada de socios, o numero de empregados e seus salarios.

Art. 109 - Nos casos de arbitramento de preco, a soma mensal dos precos nao podera ser inferior a soma dos valores das seguintes tabelas:

I - Valor das materias-primas, combustiveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o mes.

II - Total dos salarios pagos durante o mes;

III - Total dos honorarios de diretores e das retiradas e proprietarios, socios ou gerentes durante o mes;

IV - Total das despesas com encargos sociais e fiscais, total das despesas com agua, luz, telefone e outras despesas, durante o mes; e

V - Um por cento do valor venal do imovel ocupado e dos equipamentos utilizados pela empresa ou profissional.

PARAGRAFO UNICO - Na hipotese de calculo efetuado na forma deste artigo, qualquer diferenca que venha a ser efetivamente apurada na receita bruta ou preco do servico, acarretara a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

Art. 110 - Os lancamentos " ex-officio" serao comunicados ao contribuinte, no seu domicilio

tributario dentro do prazo de dez dias de sua efetivacao, acompanhados do auto de infracao.

Art. 111- Quando o contribuinte pretenda comprovar, com documentacao habil, a criterio da administracao tributaria, a inexistencia de resultado economico, por nao ter prestado servicos tributaveis pelo municipio, deve fazer a comprovacao no prazo estabelecido no regulamento para o recolhimento do imposto.

Art. 112- Consideram-se empresas distintas, para efeito do lancamento e cobranca do imposto:

I - As que, embora no mesmo local, ainda que com identicos de ramos de atividades, pertencam a diferentes pessoas fisicas ou juridicas; e

II - As que, embora pertencam a mesma pessoa fisica ou juridica, funcionem em locais diversos.

PARAGRAFO UNICO - Nao sao considerados locais diversos dois ou mais imoveis contiguos e com comunicacao interna, nem as varias salas ou pavimentos de um mesmo imovel.

Art. 113- No lancamento do imposto observar-se-ao as seguintes normas:

I - No caso de trabalho pessoal no primeiro ano de atividade, o lancamento correspondera a tantos duodecimos do valor fixado neste codico quantos forem os meses de exercicio, apartir, inclusive, daquele em que tiver inicio; e

II - No caso da receita bruta, o lancamento retroagira ao mes do inicio das atividades, mesmo que nao tenha sido promovida a inscricao em tempo habil.

Art. 114- A lista de servico de que trata o artigo 25 deste codico, so podera ser modificada atraves de Lei aprovada pela Camara, sempre que ocorrerem modificacoes na Legislacao Federal especifica.

Art. 115 - A Prefeitura exigira dos contribuintes de que trata o Art. 29 deste codico, sujeitos ao regime de auto lancamento, a emissao de nota fiscal de servicos e a utilizacao de livros, formularios ou outros documentos necessarios ao registro, controle e fiscalizacao dos servicos ou atividades tributaveis.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Cada estabelecimento, sega sucursal, filial, agente ou representante, tera escrituracao fiscal propria.

PARAGRAFO SEGUNDO - A Prefeitura devera regulamentar o disposto no caput deste artigo.

### TITULO III

#### Dos deveres acessorios

#### CAPITULO UNICO -

Art. 116 - Toda a pessoa sujeita ao poder publico municipal deve colaborar com a administracao tributaria, ou fisco, prestando as informacoes, esclarecimentos, dados e noticias solicitadas bem como exibindo papeis, livros, documentos e coisas.

Art. 117 - Os contribuintes são obrigados especialmente a:

- I - Inscrever-se nos cadastros;
- II - Proceder a averbação do contrato de promessa de venda de lotes, oriundos de loteamentos, as transferências ou cessões posteriores de um comprador a outro, e, se for o caso, a nova operação de venda a terceiros;
- III - Manter escrituração e expedir documentos e informações, notas fiscais e outros papéis exigidos pela lei;
- IV - Exibir documentos e livros relacionados com fatos geradores;
- V - Prestar esclarecimentos e informações, quando solicitados; e
- VI - Cumprir as exigências contidas nas leis tributárias ou delas decorrentes.

Art. 118 - Os contribuintes podem requerer, a qualquer tempo as devidas retificações nos cadastros e outros documentos oficiais.

Art. 119 - As pessoas isentas são obrigadas a cumprir os deveres acessórios estabelecidos na lei.

Art. 120 - O município fará convenio com a União, com o Estado ou com outros Municípios e suas altarquias, para o fim de intercambiar dados e informações que interessem aos respectivos cadastros.

Art. 121 - Não se registrará escritura relativa a imóvel sem a exibição e juntada de certidões negativas de tributos municipais a ele referentes, sob pena de responsabilização, pelo débito tributário e seus acessórios, do tabelião ou oficial do registro de imóveis responsáveis.

Art. 122 - Devem tolerar fiscalização, inspeção, visitas e levantamentos em seus prédios, terrenos, estabelecimentos, escritórios e consultórios, os contribuintes dos tributos municipais.

Art. 123 - As instituições de que trata o artigo 62 e o art. 64, item I, "b" e "c", deste código, prestarão declaração anual, da qual constarão:

- I - As modificações na sua direção;
- II - As alterações estatutárias; e
- III - Seus balanços, orçamentos e outros dados contábeis, que o regulamento venha a exigir.

Art. 124 - Será punido de acordo com o que dispuser o Estatuto dos Funcionários do Município, o funcionário que revelar fatos de que tenha conhecimento em razão de sua função.

Art. 125 - O descumprimento dos deveres acessórios sujeitará o contribuinte e terceiros a multa, na forma estabelecida neste código.

#### TÍTULO IV

##### Do Cadastro Fiscal

##### CAPÍTULO ÚNICO

mantera cadastro;

Art. 126- A Prefeitura organizara e

I- Imobiliario

II-De prestadores de servicos

III-De industria e comercio

PARAGRAFO PRIMEIRO- O cadastro

imobiliario compreendera:

I- Os terrenos vagos inexistentes ou que venham a existir nas areas urbanas ou destinadas a urbanizacao; e

II- As edificacoes existentes, ou que vierem a ser construidas nas areas urbanas ou urbanizaveis.

PARAGRAFO SEGUNDO - O cadastro de prestadores de servicos compreendera as empresas ou profissionais autonomos, com ou sem estabelecimento fixo, de servicos sujeitos a tributacao municipal.

PARAGRAFO TERCEIRO - O cadastro de industria e comercio compreendera os estabelecimentos de industria e de comercio, habituais e lucrativos, exercidos no ambito do municipio.

Art. 127- A Prefeitura podera, quando necessario, instituir outras modalidades acessoricas de cadastros, a fim de atender a organizacao fazendaria dos tributos de sua competencia.

Art. 128- Todo o sujeito passivo de obrigacao tributaria e obrigado a inscrever-se no respectivo cadastro, sob pena de multa.

PARAGRAFO UNICO - A inscricao de oficio sera feita sempre que o sujeito passivo se omita. Neste caso, alem da multa, sera cobrada a sobre-taxa correspondente.

Art. 129- Do cadastro fiscal constarao todos os dados relevantes para efeitos tributarios. O cadastro fiscal sera atualizado constantemente.

Art. 130- A inscricao nos cadastros da Prefeitura sera procedida no tempo e na forma que estabelecer o regulamento.

## TITULO V

### Das Infracoes e Penalidades

#### CAPITULO I

##### Das Infracoes em Especie

Art. 131- Constituem infracoes tributaria;

I - Nao promover inscricao nos cadastros ou comunicar as alteracoes cadastrais;

II- Nao possuir livros, papeis, leis e regulamentos fiscais;

III- Negar-se a exhibir livros, papeis e documentos ou negar-se a prestar esclarecimentos e informacoes;

IV- Nao escriturar livros no prazo ou escriturar com erros ou omissao;

- V- Não emitir nota fiscal, emití-la com erro, não escriturá-la, não possuir os talonários;
- VI- Deixar de fornecer ao consumidor a primeira via da nota fiscal do serviço tributário prestado;
- VII- impedir, embaracar ou dificultar a fiscalização;
- VIII- Não comunicar as alterações previstas no Art 123 deste código.
- IX- Fornecer, por escrito, ao fisco, dados ou informações inverídicas;
- X- Exercer Comércio ou atividade ambulante sem prévia licença da Prefeitura;
- XI- Exercer Qualquer atividade sujeita a taxa pelo poder de polícia sem a licença prévia da Prefeitura;
- XII- Alterar as condições de coisa, objeto, estabelecimento ou atividade, após concedida a licença, autorização, permissão, alvara, dispensa ou similar, decorrente do poder de polícia municipal; e
- XIII- infringir condições específicas para o exercício de atividade sujeita a fiscalização que enseje cobrança de taxa de polícia.

## CAPITULO II

### Das Multas

Art. 132- As infrações tributárias serão punidas com as seguintes multas:

I- 20% do valor de referência nos casos dos itens I e VIII do Art. anterior;

II- 50% do valor de referência, nos casos dos itens II e IV do Art anterior;

III- 100% do valor de referência, nos casos dos itens III, VII e IX do Art anterior;

IV- 30% do valor de referência, nos casos do item VI do Art anterior.

V- de 100 a 200% do valor de referência, conforme as circunstâncias do caso e segundo haja ou não má-fé do contribuinte acumulada com revogação da autorização, permissão ou licença nos casos dos itens XII e XIII do Art anterior.

VI- Multa igual ao dobro da taxa prevista para a obtenção do alvara, licença ou autorização, no caso do item XI; e

VII- 200% do valor de referência, mais 10% do valor de referência por dia de infração, no caso do item X do Art anterior.

PARAGRAFO UNICO- A multa a que se refere o item V deste artigo só se aplica aos casos previstos no item XII do Art anterior, se outras penalidades mais graves não forem previstas na lei especial.

## CAPITULO III

### Da reincidência

Art. 133- O contribuinte tera o prazo de 30 dias, a contar da intimacao da atuacao, para regularizar sua situacao tributaria, sob pena de ser considerado reincidente.

Art. 134- Na reincidencia especifica as multas serao aplicadas em dobro; na generica com 50% de acrescimo.

PARAGRAFO UNICO - Nao se considera reincidencia especifica a pratica de qualquer infracao depois de 2 anos e generica depois de 1 ano.

Art. 135- Se, no mesmo processo, apurar-se pratica de mais de uma infracao, desde que a fins aplicar-se-a multa correspondente a infracao mais grave.

Art. 136- Considera-se reincidencia especifica a repeticao de infracao punida pelo mesmo item.

Art. 137- Consideram-se reincidencia generica a repeticao de qualquer infracao.

## TITULO VI

### Do Processo Tributario

#### CAPITULO I

##### Do processo de aplicacao de penalidades

Art. 138- Diante de noticia ou indicio de pratica de qualquer inflacao, a autoridade competente determinara a abertura do processo para a aplicacao da multa respectiva, e, se for o caso, cobranca do tributo devido com os acrescimos legais.

Art. 139- O agente fiscal competente procedera as diligencias, investigacoes, exames e verificacoes necessarias e elaborara o auto de infracao, do qual constarao os seguintes dados:

- I- Nome e domicilio do infrator;
- II- Descricao da infracao;
- III- Disposicoes legais infringidas; e
- IV- Aplicacao das penalidades e

tributos devidos.

Art. 140- A pessoa implicada no auto de infracao sera pessoalmente intimado do inteiro teor do auto, tendo o prazo de 30 dias para apresentar sua defesa.

Art. 141- Feita as provas requeridas e instruido o processo no prazo de 30 dias, sera decidido pela autoridade competente superior ao agente que lavrou o auto de infracao.

Art. 142- Notificado da decisao, o contribuinte tera o prazo de 15 dias, para pagar ou interpor recurso a autoridade competente.

PARAGRAFO UNICO - A autoridade que julgar o recurso devera faze-lo no prazo de 15 dias, ordenando as diligencias e pericias que entender uteis ao seu pleno esclarecimento.

Art. 143- O contribuinte sera

notificado da decisao da autoridade competente tendo prazo de 10 dias para pagar a importancia fixada.

Art. 144- O pagamento de multa nao dispensa o cumprimento das demais exigencias legais e o pagamento das sobretaxas e demais tributos devido.

## CAPITULO II

### Da reconsideracao e do recurso

Art. 145- O contribuinte ou responsavel podera pedir reconsideracao contra o lancamento de tributo, dentro do prazo de 15 dias do recebimento das guias respectivas, apresentando em peticao circunstanciada, suas rasoas de fato e de direito.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O pedido de reconsideracao sera apreciado, no prazo de 15 dias, pela autoridade fazendaria.

PARAGRAFO SEGUNDO - Notificado o contribuinte da decisao, tera 10 dias para pagar ou interpor recurso de revisao.

Art. 146- O recurso de revisao devera ser apreciado, pelo Prefeito no prazo de 30 dias.

PARAGRAFO UNICO - Notificado o contribuinte da decisao do Prefeito, tera o prazo de 10 dias para pagar.

Art. 147- As consideracoes e os recursos nao tem efeito suspensivo da exigibilidade de credito tributario, salvo se o contribuinte fizer o deposito do montante integral do tributo cujo lancamento se discute, nos prazos previstos nos artigos 145 e 146 deste codigo.

## CAPITULO III

### Da consulta

Art. 148- Os contribuintes poderao dirigir consultas a autoridade fazendaria, sobre o modo de cumprimento de suas obrigacoes tributarias e deveres acessorios.

PARAGRAFO UNICO - As consultas devem descrever completa e exatamente as hipoteses a que se referirem, com indicacoes precisas dos fatos concretos a que visam e devem conter uma sugestao de solucao.

Art. 149- Nao sera recebida consulta quando o contribuinte estiver sob processo fiscal, salvo se se tratar de materia diversa.

PARAGRAFO UNICO - A decisao, em resposta a consulta, e vinculante para o fisco e para o contribuinte.

## CAPITULO IV

### Da Restituicao do Pagamento Indevido

Art. 150- Quem pagar tributo indevido, total ou parcialmente, tem direito a obter devolucao, ainda que o erro causador do pagamento seja seu.

PARAGRAFO PRIMEIRO- O interessado, dentro do prazo de 12 meses, dirigira peticao fundamentada ao Prefeito, o qual decidira, no prazo de 30 dias, depois de ouvir os agentes fiscais competentes e produzidas as provas e alegacoes necessarias ao pleno esclarecimento da questao.

PARAGRAFO SEGUNDO - Constatada a cobranca indevida, a autoridade fazendaria providenciara a imediata devolucao.

## CAPITULO V

### Dos acrescimos legais e correcao monetaria

Art. 151- Independente de sua inscricao na divida ativa, para efeito de cobranca judicial, os debitos nao pagos no seu vencimento sujeitarao o contribuinte a:

I- Juros de mora de 1% ao mes;

II- Correcao monetaria; e

III- Multa moratoria de :

a) 10% ate 30 dias apos o vencimento;

b) 15% apos o 30o dia do vencimento, corrigido monetariamente.

PARAGRAFO PRIMEIRO- Os juros moratorios serao cobrados apartir do mes imediato ao vencimento do debito, considerando-se mes completo qualquer fracao desse periodo de tempo.

PARAGRAFO SEGUNDO - Decorrido os 30 dias do vencimento do debito fiscal incluido os acrescimos e penalidades, a cobranca sera feita com correcao monetaria, com base nos indices oficiais, fixados pelo orgao competente.

PARAGRAFO TERCEIRO - A correcao monetaria sera aplicada sobre qualquer quantia depositada pelo contribuinte, na reparticao arrecadadora, para discussao administrativa ou judicial de debito.

## TITULO VII

### Das disposicoes finais

## CAPITULO UNICO

Art. 152- A Prefeitura cobrara sobre taxa, no valor de referencia, pela nova concessao de alvara, permissao, autorizacao ou similares, nos casos previstos neste codico, especialmente nos itens XII e XII do Art 115, bem como pela inscricao de oficio nos cadastros da Prefeitura.

Art. 153- Os contribuintes que estiverem em debito de tributo e multas nao poderam participar de licitacoes, celebrar contratos de qualquer natureza ou transacionar qualquer titulo com a administracao municipal, e nem receber quaisquer quantias ou creditos das mesmas.

PARAGRAFO UNICO - Fica terminantemente vedado o andamento, na Prefeitura, de processos, requerimentos e outros papeis de contribuintes que estiverem em debito de que trata o caput deste artigo.

Art. 154- Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder parcelamento de creditos tributarios, ainda nao encaminhados a cobranca judicial, em ate 5 prestacoes mensais devendo a primeira ser paga no ato da entrada do requerimento.

PARAGRAFO UNICO - A concessao de parcelamento de credito tributario nao autoriza a dispensa dos acrescimos legais e correcao monetaria.

Art. 155- Serao canceladas, mediante despacho fundamentado do Prefeito, os debitos fiscais:

I- Legalmente prescritos;

II-De contribuintes que hagam falecido sem deixar bens que expressem valores;

III-Que originarem de erro ou ignorancia escusaveis do sujeito passivo, quanto a materia de fato; e

IV- Que originarem de erro de servidor da Prefeitura.


Art. 156- O valor de referencia, para os efeitos deste codico e o valor de referencia municipal, vigente no mes anterior aquele em que se efetuar o lancamento ou se aplicar a penalidade.

Art. 157- As entidades beneficiadas com as isencoes de que tratam os artigos 66 e 67, item V, deste codico, e que por ventura estegam em debito com os cofres do municipio, a data da vigencia, desta lei, terao o mesmo cancelado, ficando o Executivo Municipal autorizado a tomar as medidas necessarias ao cumprimento deste dispositivo.

ALTERADO  
Zelan  
L. 48/03

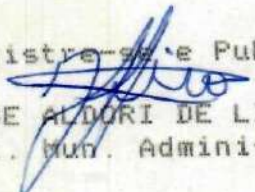
Art. 158 - Esta Lei entrara em vigor a partir de primeiro de janeiro de 1.994, data em que ficarao revogadas as disposicoes em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
SAGRADA FAMILIA, em 22 de dezembro de 1993.



JUVENIL MAFALDA SANTOS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



JOSE ALDORI DE LIMA  
Sec. Mun. Administracao